



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

## TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133/2021)

### 1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para a contratação de serviços, aquisição de bens ou execução de obras, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

1.2. É o documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter os parâmetros e elementos descritivos previamente estabelecidos em legislação pertinente, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

### 2. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” e “i”)

2.1. A presente contratação visa à Aquisição de laptops chromebooks/vivobooks e headsets para implementação de projeto previsto no Decreto n.º 9.543/2025, que instituiu o Plano Paraná Mais Cidades IV – PPMC IV, conforme Termo de Convênio n.º 202512174, celebrado por intermédio da Secretaria de Estado da Educação e o Município de Borrazópolis, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**Lote 01 - (Participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte)**

**Tratamento diferenciado para empresas LOCAIS e REGIONAIS**

**Aquisição de laptops chromebooks/vivobooks e headsets para implementação de projeto previsto no Decreto n.º 9.543/2025, que instituiu o Plano Paraná Mais Cidades IV – PPMC IV, conforme Termo de Convênio n.º 202512174, celebrado por intermédio da Secretaria de Estado da Educação e o Município de Borrazópolis**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Lote	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	<b>Laptop Chromebook / Vivobook</b> – Especificações mínimas: Processador Celeron Dual Core N4500, 4 GB de RAM, 128 GB SSD, Sistema operacional Windows 11 Home. Tela de 15,6 polegadas em LED, com resolução mínima de 1366 x 768 pixels, bateria de Ion-lítio com capacidade mínima de 3600 mAh, saída de vídeo HDMI, múltiplo toque. Tela sensível ao toque, entrada USB, compatível com displays externos, como mouse, teclado, unidades de armazenamento, impressoras e demais acessórios via conexão Wi-fi ou Bluetooth, 1,81 cm de espessura e 1,57 kg de peso.	Unid.	30	R\$ 1.915,88	R\$ 57.476,40
02	<b>Headset</b> – Especificações mínimas: com cabo de 1,2 metros de comprimento, conector jack 3,5 mm, com ajuste de volume integrado, botão para função mute, microfone removível. Drivers de 40 mm, com impedância de 32 Ohms, conchas dobráveis, sistema de controle de ruído e isolamento de som, alcance de frequência entre 20 Hz e 20 kHz, revestimento em tecido com espuma de memória. Cor predominante: preta.	Unid.	30	R\$ 166,23	R\$ 4.986,90
<b>Total</b>					<b>R\$ 62.463,30</b>

2.2. Valor total da contratação **R\$ 62.463,30 (sessenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais e trinta centavos).**

2.3. Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos, tributos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da empresa direta ou indiretamente.

2.4. O bem do objeto desta contratação é caracterizado como comum, dada a natureza geral de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

2.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal n.º 26/2025.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)**

---

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formação de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)**

---

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

#### **Dos elementos/serviços que compõem o objeto:**

##### **Do ciclo de vida do objeto**

4.2. A análise do ciclo de vida do objeto, no âmbito da presente contratação, constitui etapa essencial do planejamento da aquisição pública, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável previstos na legislação vigente. Tal abordagem compreende a avaliação integrada de todas as fases que envolvem os equipamentos a serem adquiridos — laptops do tipo chromebooks/vivobooks e headsets — desde a sua produção, fornecimento, utilização, manutenção, até a destinação final ambientalmente adequada.

4.3. No contexto do projeto instituído pelo Decreto n.º 9.543/2025, que formalizou o Plano Paraná Mais Cidades IV – PPMC IV, bem como do Termo de Convênio n.º 202512174, a consideração do ciclo de vida do objeto revela-se imprescindível para assegurar que a solução contratada atenda não apenas aos requisitos técnicos e pedagógicos da Secretaria de Estado da Educação e do Município de Borrazópolis, mas também aos critérios de durabilidade, suporte técnico, eficiência energética e sustentabilidade.

4.4. Dessa forma, a presente análise busca fundamentar a escolha mais vantajosa para a Administração Pública, considerando não apenas o custo inicial de aquisição, mas também os custos indiretos e futuros associados à operação, manutenção, reposição e descarte dos equipamentos, em estrita observância ao interesse público e à responsabilidade na gestão dos recursos oriundos do convênio celebrado.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.5. O ciclo de vida do objeto, no contexto da presente contratação, deve ser analisado de forma sistêmica e integrada, contemplando todas as etapas que influenciam direta ou indiretamente na eficiência, durabilidade e custo global dos equipamentos a serem adquiridos, quais sejam: laptops do tipo chromebooks/vivobooks e headsets destinados à implementação do projeto educacional vinculado ao Plano Paraná Mais Cidades IV – PPMC IV.

4.6. A fase inicial do ciclo de vida compreende a fabricação e fornecimento dos equipamentos, devendo a Administração observar critérios técnicos que assegurem a qualidade construtiva, conformidade com normas técnicas aplicáveis, certificações de segurança e eficiência energética, bem como a adequação dos dispositivos às finalidades educacionais pretendidas. Nesse aspecto, é imprescindível que os equipamentos possuam especificações mínimas compatíveis com o uso contínuo em ambiente escolar, garantindo desempenho satisfatório e resistência ao desgaste decorrente do uso intensivo.

4.7. No que se refere à fase de implantação e utilização, destaca-se a necessidade de compatibilidade dos laptops com plataformas educacionais digitais, sistemas operacionais atualizáveis e ferramentas de gestão remota, especialmente no caso de chromebooks, que operam em ambiente baseado em nuvem. Já os notebooks do tipo vivobook devem apresentar capacidade de processamento, memória e armazenamento suficientes para execução de softwares educacionais e administrativos. Quanto aos headsets, devem oferecer qualidade sonora adequada, ergonomia, resistência física e compatibilidade com os dispositivos adquiridos, de modo a viabilizar atividades pedagógicas que demandem áudio e comunicação.

4.8. A etapa de operação envolve o uso contínuo dos equipamentos pelos usuários finais, sendo fundamental a previsão de suporte técnico adequado, atualizações de software, disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica autorizada. Tais fatores impactam diretamente na longevidade dos bens e na redução de custos decorrentes de paralisações ou substituições prematuras.

4.9. No tocante à manutenção, deve-se considerar tanto a manutenção preventiva quanto a corretiva, incluindo garantias contratuais que assegurem cobertura mínima, preferencialmente on-site, bem como prazos razoáveis para atendimento e solução de eventuais falhas. A existência de rede de assistência técnica no território nacional ou regional é fator relevante para assegurar a continuidade do uso dos equipamentos sem prejuízo às atividades educacionais.

4.10. Por fim, a fase de descontinuidade e descarte dos bens deve observar critérios de sustentabilidade ambiental, incluindo a destinação final adequada de resíduos eletroeletrônicos, em conformidade com a legislação ambiental vigente. Recomenda-se que os equipamentos possuam maior vida útil e possibilidade de reutilização ou reciclagem, reduzindo impactos ambientais e promovendo práticas alinhadas ao desenvolvimento sustentável.

4.11. Diante do exposto, conclui-se que a análise do ciclo de vida do objeto revela-se instrumento indispensável para a adequada tomada de decisão administrativa, permitindo à



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Administração Pública selecionar a proposta mais vantajosa sob a perspectiva do custo global, da eficiência operacional e da sustentabilidade.

4.12. A consideração de todas as etapas — desde a fabricação, fornecimento, implantação, utilização, manutenção até a destinação final dos laptops do tipo chromebooks/vivobooks e headsets — assegura que os equipamentos atendam de forma contínua e eficaz às necessidades do projeto educacional instituído pelo Decreto n.º 9.543/2025, no âmbito do Plano Paraná Mais Cidades IV – PPMC IV, bem como às diretrizes estabelecidas no Termo de Convênio n.º 202512174.

4.13. Ademais, a adoção de critérios técnicos rigorosos e a previsão de suporte adequado durante a vida útil dos bens contribuem para a mitigação de riscos, a redução de custos indiretos e a maximização do aproveitamento dos recursos públicos empregados. Nesse sentido, evidencia-se que a escolha baseada no custo total de propriedade (TCO) e na durabilidade dos equipamentos está em plena consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

4.14. Por fim, ressalta-se que a observância de práticas sustentáveis, especialmente no que tange à destinação final ambientalmente adequada dos equipamentos, reforça o compromisso da Administração com a responsabilidade socioambiental, consolidando uma contratação pública moderna, eficiente e alinhada às melhores práticas de gestão.

## **Da garantia de qualidade do objeto**

4.15. A garantia de qualidade do objeto constitui elemento essencial no âmbito da presente contratação, tendo em vista a necessidade de assegurar que os laptops do tipo chromebooks/vivobooks e os headsets atendam, de forma plena e contínua, às finalidades públicas a que se destinam. Tal garantia deve ser compreendida não apenas sob o aspecto formal de certificação e conformidade, mas também sob a ótica do desempenho, durabilidade, confiabilidade e adequação técnica dos equipamentos ao ambiente educacional.

4.16. Ademais, a garantia de qualidade está diretamente relacionada à mitigação de riscos contratuais, à redução de falhas operacionais e à continuidade dos serviços educacionais, exigindo-se que os equipamentos apresentem desempenho consistente, resistência ao uso contínuo e compatibilidade com as soluções tecnológicas adotadas pela rede municipal de ensino. Dessa forma, a presente abordagem visa estabelecer diretrizes gerais que orientem a seleção de produtos que atendam aos requisitos de qualidade necessários à consecução dos objetivos institucionais da Administração.

4.17. A garantia de qualidade do objeto deve ser analisada de forma abrangente, envolvendo um conjunto de requisitos técnicos, operacionais e contratuais que assegurem que os laptops do tipo chromebooks/vivobooks e os headsets atendam, de maneira satisfatória e contínua, às demandas da Administração Pública no âmbito do projeto educacional em execução.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.18. Inicialmente, cumpre destacar que a qualidade dos equipamentos está intrinsicamente vinculada à sua conformidade com normas técnicas e certificações reconhecidas, nacionais e internacionais, que atestem requisitos de segurança, desempenho, eficiência energética e compatibilidade eletroeletrônica. Tais certificações constituem parâmetro objetivo para aferição da confiabilidade dos produtos, reduzindo riscos relacionados a falhas prematuras, superaquecimento, interferências e outros vícios que possam comprometer a sua utilização.

4.19. No que tange aos laptops, a garantia de qualidade envolve a adequada especificação de componentes essenciais, como processador, memória RAM, armazenamento, autonomia de bateria, qualidade de tela e robustez estrutural, especialmente considerando o uso em ambiente escolar. Os equipamentos devem ser capazes de suportar rotinas de uso contínuo, acesso a plataformas educacionais digitais e eventuais atualizações de sistemas, sem prejuízo de desempenho. No caso dos chromebooks, destaca-se a necessidade de compatibilidade com soluções baseadas em nuvem e ferramentas de gestão centralizada; já os notebooks do tipo vivobook devem apresentar versatilidade para execução de múltiplas aplicações educacionais e administrativas.

4.20. Em relação aos headsets, a qualidade deve ser aferida por critérios como nitidez sonora, isolamento de ruído, conforto ergonômico, resistência dos materiais, durabilidade de cabos e conectores, bem como compatibilidade com os dispositivos a serem utilizados. Tais características são fundamentais para garantir a efetividade de atividades pedagógicas que envolvam recursos audiovisuais, ensino remoto ou híbrido e comunicação digital.

4.21. Adicionalmente, a garantia de qualidade está diretamente relacionada às condições de fornecimento e ao suporte pós-venda oferecido pela contratada. Nesse sentido, é imprescindível a previsão de garantia mínima contratual, preferencialmente com atendimento ágil e eficiente, abrangendo a substituição de peças defeituosas, reparos necessários e, quando cabível, a substituição integral do equipamento. A existência de rede de assistência técnica autorizada, bem como a disponibilidade de peças de reposição no mercado nacional, constituem fatores determinantes para assegurar a continuidade do uso dos bens.

4.22. Outro aspecto relevante diz respeito à padronização e rastreabilidade dos equipamentos, possibilitando à Administração o controle patrimonial, a gestão de inventário e o acompanhamento do desempenho dos bens ao longo de sua vida útil. A uniformidade dos modelos adquiridos também contribui para facilitar processos de manutenção, suporte técnico e treinamento de usuários.

4.23. Por fim, a qualidade do objeto deve ser compreendida de forma integrada ao conceito de custo-benefício, não se limitando ao menor preço, mas considerando a durabilidade, a confiabilidade e a eficiência dos equipamentos ao longo do tempo. Dessa forma, a Administração Pública assegura a contratação de soluções tecnológicas que efetivamente atendam ao interesse público, reduzindo custos indiretos e promovendo maior efetividade na execução das políticas educacionais vinculadas ao convênio celebrado.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.24. Ante o exposto, conclui-se que a garantia de qualidade do objeto configura elemento essencial para a adequada execução da contratação, assegurando que os laptops do tipo chromebooks/vivobooks e os headsets atendam, de forma eficiente, contínua e segura, às finalidades educacionais previstas no âmbito do Plano Paraná Mais Cidades IV – PPMC IV e do Termo de Convênio n.º 202512174.

4.25. A observância de padrões técnicos rigorosos, certificações reconhecidas, requisitos mínimos de desempenho e condições adequadas de suporte e assistência técnica revela-se indispensável para mitigar riscos de falhas, interrupções e custos adicionais, garantindo maior durabilidade e confiabilidade dos equipamentos adquiridos.

4.26. Ademais, a adoção de critérios que privilegiem a qualidade, em conjunto com a análise do custo-benefício, assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público, afastando a escolha pautada exclusivamente no menor preço.

4.27. Por fim, evidencia-se que a garantia de qualidade do objeto contribui diretamente para a efetividade das políticas públicas educacionais, promovendo melhores condições de ensino e aprendizagem, bem como a adequada aplicação dos recursos públicos, em estrita observância aos princípios que regem a Administração Pública.

## **Da Padronização dos serviços que integram o objeto**

4.28. O descritivo dos itens não compreende o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES n.º 938/2022.

4.29. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei n.º 14.133/21)**

---

### **5.1. Dos critérios de sustentabilidade**

#### **Práticas para reduzir os impactos ambientais**

- i. Reutilização de resíduos vegetal e animal;
- ii. Aumentar a eficiência do uso da água;
- iii. Combate ao desmatamento;
- iv. Aumento da biodiversidade;
- v. Uso de energias de fontes renováveis.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5.2. O retorno dos investimentos em atividades sustentáveis não é perceptível no curto prazo. E, a cada ano, é necessário estabelecer novas metas e mostrar a evolução das suas práticas. O mais importante é que o comprometimento dessas práticas se inicie na liderança da organização. Nesse sentido, proprietários/sócios precisam assumir um compromisso de longo prazo com ações sustentáveis, mesmo que isso implique em maiores custos no curto prazo. E, a partir da liderança, é necessário o alinhamento/engajamento de todas as metas com as equipes internas e externas. Nenhuma empresa sozinha vai conseguir por mérito próprio erradicar completamente todas as questões ambientais e sociais que o seu negócio impacta. A parceria externa é fundamental.

## **Da Subcontratação**

5.3. É vedada a subcontratação do objeto.

## **Do Parcelamento**

5.4. O objeto será comprado em parcela única.

## **Do orçamento Sigiloso**

5.5. Não será adotado o orçamento sigiloso.

## **Da exigência de amostra**

5.6. Não há necessidade de apresentação de amostra.

## **Garantia da contratação**

5.7. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

## **6. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)**

---

### **Especificações Gerais**

6.1. Os equipamentos a serem adquiridos deverão ser novos, originais de fábrica, sem uso anterior, e estar em linha de produção vigente, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2. Os equipamentos e seus respectivos acessórios deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais originais do fabricante, adequadas à sua natureza,





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

que garantam a integridade física dos bens, utilizando, sempre que possível, materiais recicláveis e com o menor volume necessário, de modo a otimizar o transporte e armazenamento.

6.3. Os equipamentos deverão ser entregues em suas embalagens originais lacradas, contendo identificação clara e legível do produto, com indicação mínima de marca, fabricante, modelo, número de série (quando aplicável) e prazo de garantia, em conformidade com suas características técnicas.

6.4. Os equipamentos deverão ser comprovadamente de primeira qualidade e primeiro uso, não sendo admitida, em hipótese alguma, a entrega de produtos reconicionados, remanufaturados, reciclados, usados ou similares, sob pena de recusa imediata pela Administração.

6.5. Em caso de dúvidas por parte da contratada quanto às especificações técnicas dos equipamentos ou acessórios (configurações, compatibilidade, interfaces, entre outros), a contratante disponibilizará os esclarecimentos necessários, mediante solicitação formal, previamente ao fornecimento.

6.6. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer mediante a emissão de Ordem de Fornecimento ou documento equivalente expedido pela contratante, observando-se os prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual.

6.7. É vedado à contratada promover quaisquer alterações nas especificações técnicas, características, modelos ou configurações dos equipamentos previamente aprovados, bem como substituir componentes, acessórios ou softwares sem a prévia e expressa autorização formal da contratante.

6.8. O fornecimento deverá observar rigoroso controle de qualidade, sendo de responsabilidade da contratada garantir a perfeita integridade física, funcionamento adequado, conformidade técnica, atualização de firmware/software (quando aplicável) e pleno desempenho dos equipamentos entregues.

6.9. Todos os equipamentos deverão ser entregues devidamente identificados e organizados, com indicação de tipo, especificação e quantitativo, de forma a facilitar os procedimentos de conferência, transporte, armazenamento e distribuição interna no âmbito da Prefeitura Municipal de Borrazópolis – PR.

6.10. A contratada será responsável por todos os custos relacionados ao transporte, carga, descarga, seguro e demais despesas logísticas, devendo assegurar que os equipamentos sejam entregues em perfeitas condições de uso nas instalações indicadas pela contratante.

6.11. A Administração reserva-se o direito de recusar, no todo ou em parte, os equipamentos que apresentem defeitos de fabricação, avarias, funcionamento irregular, incompatibilidade técnica, ou qualquer desconformidade com as especificações exigidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.12. Aplicam-se ao objeto desta contratação, no que couber, as normas técnicas do fabricante, bem como as disposições pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, devendo os equipamentos estar em plena conformidade com tais regulamentações.

## **Da garantia e assistência técnica**

6.13. A contratada deverá garantir os equipamentos fornecidos (laptops do tipo chromebooks/vivobooks e headsets) pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração, contra quaisquer defeitos de fabricação, funcionamento ou vícios ocultos.

6.14. A garantia deverá abranger, de forma integral e sem ônus adicional para a contratante, a substituição de peças, componentes, acessórios, mão de obra especializada, deslocamento técnico e quaisquer outros custos necessários à plena restauração do funcionamento dos equipamentos.

6.15. Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar a prestação de assistência técnica especializada, por meio de rede autorizada do fabricante ou estrutura própria, devidamente qualificada, com capacidade para atendimento em território nacional.

6.16. O prazo máximo para atendimento técnico inicial deverá ser de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da formalização da solicitação pela contratante, devendo a solução do problema ocorrer em prazo razoável, não superior a 15 (quinze) dias úteis, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

6.17. Caso o reparo não possa ser realizado no prazo estabelecido, a contratada deverá providenciar, às suas expensas, a substituição temporária ou definitiva do equipamento por outro de características técnicas iguais ou superiores, garantindo a continuidade das atividades administrativas e educacionais.

6.18. Na hipótese de recorrência de defeitos ou falhas que comprometam o desempenho do equipamento, a Administração poderá exigir a substituição definitiva do bem, sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis.

6.19. A garantia deverá ser prestada preferencialmente na modalidade on-site (no local de uso) ou, quando inviável, mediante logística reversa sob responsabilidade integral da contratada, sem qualquer custo adicional para a contratante.

6.20. A contratada deverá disponibilizar canais formais de atendimento técnico, tais como telefone, e-mail ou sistema eletrônico, para registro e acompanhamento das solicitações de assistência técnica, garantindo rastreabilidade e transparência no atendimento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.21. A garantia não poderá sofrer qualquer restrição em razão de uso regular dos equipamentos, desde que observadas as orientações do fabricante, sendo vedada a imposição de condições abusivas que limitem os direitos da Administração.

6.22. O prazo de garantia será interrompido durante o período em que o equipamento permanecer indisponível para uso, em razão de manutenção corretiva, sendo retomado após sua devolução em pleno funcionamento.

6.23. Todos os serviços executados durante o período de garantia deverão observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, bem como as recomendações do fabricante, garantindo a integridade e a vida útil dos equipamentos.

## **Dos prazos e do local de fornecimento e execução dos serviços**

6.24. O prazo para a execução do objeto será de no máximo **10 (dez) dias úteis**, contado a partir do envio e recebimento da ordem de serviço, através da solicitação de despesa ou nota de empenho. O prazo poderá ser prorrogado, uma única vez desde que não superior ao já previsto, mediante solicitação da contratada, devidamente justificada e aceita pela contratante.

6.25. O objeto desta contratação deverá ser entregue em dias úteis conforme solicitação de despesa ou nota de empenho, no seguinte local:

a) Prefeitura do Município de Borrazópolis, Praça da República, n.º 28, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná.

6.26. A entrega deverá ser em horário comercial sendo compreendido entre às 08:00 horas e às 11:00 horas e das 13:00 horas e às 17:00 horas, agendado através do telefone.

## **Das Alterações**

6.27. Eventuais alterações reger-se-ão pelas regras do CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS do TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei n.º 14.133/21)**

---

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, e do método de aferição dos resultados, dentre outros.

## Da Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

## Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

## **Fiscalização Administrativa**

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **Gestor do Contrato**

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei n.º 14.133/21)**

---

### **Do Recebimento**

8.1. Os fornecimentos serão recebidos provisoriamente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) e Termo de Recebimento assinado pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 03 (três) dias.

8.2. Os fornecimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Prazo de pagamento**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo máximo de 20 (vinte dias) úteis, a contar da liquidação da despesa.

8.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Liquidação

8.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018).

8.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei n.º 14.133/21)**

---

### **Da modalidade e critério de julgamento**

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO - GLOBAL.

### **Exigências de habilitação**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

9.2. Os requisitos de qualificação e habilitação serão previstos no edital, detalhando as regras que serão aplicadas em conformidade com Lei n.º 14.133, de 2021, devendo ser exigidos os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21);**

**Habilitação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21);**

**Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21);**

**Habilitação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21);**

**Declarações e outros documentos necessários.**

## **Requisitos contratuais**

9.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF ou certidões fiscais;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei n.º 14.133/21)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, a seguir:

<b>Recurso:</b> <input type="checkbox"/> Municipal <input checked="" type="checkbox"/> Recurso Estadual <input type="checkbox"/> Recurso Federal <b>Categoria Econômica:</b> <input type="checkbox"/> Corrente/Custeio <input checked="" type="checkbox"/> Capital/Investimento		
<u>Reduz.</u>	<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>
626	07.013.12.361.0188.6.001.4.4.90.52.00.00.	33983

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O edital, o contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à contratação.

Borrazópolis/PR, 01 de abril de 2026.

**Cleide da Silva Michelim**  
Secretária Municipal de Educação